



ANAIS 2019

MOSTRA DE MONOGRAFIAS 2018

MOSTRA DE MONOGRAFIAS 2018

da Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

12 de junho a 29 de junho de 2018 e

27 de novembro a 11 de dezembro de 2018

ANAIS 2019



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Professor Mello Cançado

M916

Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas (2018: Pará de Minas).

Anais da Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas, 12 a 29 de junho de 2018; 27 de novembro de 2018 a 11 de dezembro de 2018 / Faculdade de Pará de Minas. -
- Pará de Minas: FAPAM, 2019.

53 p.

ISSN:

1. Monografias. 2. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Título.

CDD: 001.42

CDU: 003.6

Responsável técnico: Jordeilson de Lana Silva – CRB/3191

FICHA TÉCNICA – Mostra de Monografias

Elaboração das informações, dados institucionais e organização dos resumos:

Sra. Ana Luiza Varela Grassi Marinho
Profa. Luciana Mara Freitas Diniz

Secretária:
Sra. Ana Luiza Varela Grassi Marinho

Editoração:
Sra. Ana Luiza Varela Grassi Marinho
Profa. Luciana Mara Freitas Diniz (Coordenadora)

CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS

**DIRETORIA DA CONFRARIA -
MANTENEDORA
(2016 - ATUAL)**

Rua Ricardo Marinho, 110
Bairro São Geraldo
35660-398
Pará de Minas – MG
(37) 3237-2000

DIRETOR ESPIRITUAL
Revmo. Pe. Lúcio Flávio Galvão Camargos
PRESIDENTE
Sr. José Cornélio de Oliveira
VICE-PRESIDENTE
Pe. Edmar Antônio de Souza
PRIMEIRA SECRETÁRIA
Sra. Ana Maria Moreira da Silveira
SEGUNDA SECRETÁRIA
Sra. Maria José de Jesus
PRIMEIRO TESOUREIRO
Sr. Alexandre Morais de Paiva
SEGUNDA TESOUREIRA
Sra. Elza das Graças Alves da Silva

**FACULDADE DE PARÁ DE
MINAS - MANTIDA
(2019)**

Rua Ricardo Marinho, 110
Bairro São Geraldo
35660-398
Pará de Minas – MG
(37) 3237-2000

DIRETOR GERAL
Prof. Me. Ruperto Benjamin Cabanellas Vega
VICE-DIRETOR
Prof. Esp. Marcus Vinícius Barbosa de Araújo
CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)
Prof. Me. Ruperto Benjamin Cabanellas Vega –
Presidente
**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEP)**
Prof. Esp. Marcus Vinícius Barbosa de Araújo
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)
Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa
Morais – Coordenador
NÚCLEO DE PESQUISA (NUPE)
Prof. MSc. Reinaldo Ríchardi de Oliveira Galvão –
Coordenador

CURSOS PARTICIPANTES DA MOSTRA

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Paulo Henrique Pimenta –
Coordenador

BACHARELADO EM DIREITO

Profa. Dra. Graciane Rafisa Saliba –
Coordenadora

BACHARELADO EM ENFERMAGEM

Prof. Me. Wesley Souza Castro –
Coordenador

BACHARELADO EM PSICOLOGIA

Profa. Dra. Natália Nunes Scoralick Lempke –
Coordenadora

SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO	9
1. USO DA SIMULAÇÃO COMO FORMA DE METODOLOGIA APLICADA NA ESCOLA DE NEGÓCIOS	9
BACHARELADO EM DIREITO	10
1. A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL FRENTE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	10
2. A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 385 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	11
3. A AMPLITUDE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ART. 87 DA LEI 8.666/93	12
4. A AMPLITUDE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ART. 87 DA LEI 8.666/93 (2).....	13
5. A APLICABILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS ATOS INFRACIONAIS: OS REFLEXOS DOS MODELOS RETRIBUTIVO E RESTAURATIVO NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	14
6. A CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO	15
7. A CRIANÇA TRANSGÊNERO E O USO DO NOME SOCIAL NA ESCOLA: EFEITOS NO APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	16
8. A EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS CEGOS E SURDOS NO BRASIL: UM ESTUDO DA PROBLEMÁTICA DA COBRANÇA DE VALOR EXTRAORDINÁRIO NA MENSALIDADE ESCOLAR	17
9. A PRÁTICA DE INVASÃO DE DOMICÍLIO PELA POLÍCIA EM CASO DE FLAGRANTE DELITO: ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS	18
10. A REPERCUSSÃO GERAL COMO INSTRUMENTO DE DIREITO COLETIVO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DE SUA APLICAÇÃO E EFEITOS	19
11. A TRANSAÇÃO PENAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIIS DA LEI 9099/95.....	20
12. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS.	21
13. ANALISE DA PSICOPATIA SOBRE O PRISMA DO DIREITO PENAL.....	22
14. A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO NAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DOS INFRATORES	23
15. COMÉRCIO ELETRÔNICO E A DEFESA DO CONSUMIDOR NO DIREITO BRASILEIRO.....	24
16. CRIMES CAUSADOS NA DIREÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES: DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE	25

SUMÁRIO

17. CRIMES CIBERNÉTICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO MUNDO DIGITAL, UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE DA PRISÃO REFERENTE AO ESTUPRO VIRTUAL	26
18. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA: ANÁLISE DO CUMPRIMENTO ANTE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	27
19. JOGOS DIGITAIS E SUA PROTEÇÃO:.....	28
20. NAMORO E UNIÃO ESTÁVEL:	29
21. O ABORTO COMO OFENSA À DIGNIDADE HUMANA DO NASCITURO	30
22. O DIREITO À MORADIA X DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO	31
23. O TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO: POSSIBILIDADES DE SUA EQUIPARAÇÃO A CRIME HEDIONDO.....	32
24. O USO DA FORÇA PELO POLICIAL MILITAR: ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL OU ABUSO DE AUTORIDADE?	33
25. OS DIREITOS <i>POST MORTEM</i> E A INTRANSMISSIBILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	34
26. PERMISSÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA TER CARTEIRA DE MOTORISTA PROFISSIONAL.....	35
27. PRÁTICAS COLABORATIVAS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA AMPARAR FAMÍLIAS EM TRANSIÇÃO.....	36
28. PROTEÇÃO JURÍDICA DOS DIREITOS DA(O) CONCUBINA(O): UM ESTUDO SOB A ÓTICA DAS QUESTÕES PATRIMONIAIS E O DIREITO À PENSÃO POR MORTE E ALIMENTOS	37
29. RELATIVIZAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE BENS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS: (IM)POSSIBILIDADE DE EXPROPRIAÇÃO DE SALÁRIOS, POUPANÇA E FGTS	38
30. RESSOCIALIZAÇÃO: A DISCREPÂNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE	39
31. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO LEGAL	40
BACHARELADO EM ENFERMAGEM	41
1. A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSO: CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM	41
2. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL DE URGÊNCIA	42
3. AS PRINCIPAIS INTERCORRÊNCIAS APRESENTADAS PELOS PORTADORES RENAIIS CRÔNICOS DURANTE AS SESSÕES DE HEMODIÁLISE	43

4. PERFIL DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES ENVOLVENDO MOTOCICLETAS NO PERÍODO DE 2016 E 2017 EM PARÁ DE MINAS	44
BACHARELADO EM PSICOLOGIA	45
1. A ARTE COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO EM SAÚDE MENTAL	45
2. A IMPORTÂNCIA DO 'APEGO SEGURO' NO DECORRER DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DE UM ADULTO SAUDÁVEL	46
3. A PRESENÇA DA AFETIVIDADE NO CONJUNTO DE PUBLICAÇÕES DA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL.....	47
4. AFETIVIDADE EM VYGOTSKY: A AFETIVIDADE COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO.....	48
5. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A HOMOSSEXUALIDADE	49
6. BIOPOLÍTICA, DISCURSO E MÍDIA: UMA BREVE ANÁLISE CONTEMPORÂNEA	50
7. DISCURSO SOBRE A MATERNIDADE: SOFRIMENTO PSÍQUICO DA MULHER - UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL	51
8. UM OLHAR SOBRE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS.....	52

PREFÁCIO

A pesquisa, juntamente com o ensino e a extensão, são o pilar fundamental das atividades acadêmicas das Instituições de Ensino Superior. Os trabalhos de conclusão de curso são, em sua maioria, o primeiro contato do aluno com a pesquisa científica. E é através dele que o aluno percebe, na prática, a vasta experiência teórica absorvida no curso e pode, com isso, contribuir para uma sociedade melhor e mais justa, dentro da profissão que escolheu exercer.

A quinta edição dos Anais da FAPAM apresenta a colheita de trabalhos monográficos desenvolvidos em 2018. Os trabalhos de conclusão de curso, desenvolvidos a partir do requisito para colação de grau, cria a oportunidade de desenvolvimento de iniciação científica da Faculdade de Pará de Minas.

O esforço conjunto de professores, alunos e co-orientadores é divulgado nesta publicação, através de resumos dos trabalhos onde os objetivos de pesquisa, através de métodos científicos, desenham de forma simples, as temáticas que o aluno se propôs a investigar.

Parabenizo a toda equipe da FAPAM, entre colaboradores e alunos, envolvidos na Pesquisa Científica e desenvolvimento dos trabalhos por criar condições para o desenvolvimento intelectual e científico em prol da nossa sociedade.

E que estes trabalhos sejam um primeiro passo para tornar a vida profissional ainda mais repleta de sucesso!

Prof. MSc. Reinaldo Richard de Oliveira Galvão

*Coordenador do CEPE
(Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão)*

USO DA SIMULAÇÃO COMO FORMA DE METODOLOGIA APLICADA NA ESCOLA DE NEGÓCIOS

Ana Luiza Silva¹
Camila Gomes de Faria²
Karina de Jesus Duarte Rodrigues³
Victor Augusto Guimarães Moreira⁴
Annévia Palhares Vieira Diniz Oliveira⁵

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

sanaluiza09@gmail.com, kamilla_gb@hotmail.com,
karynarodrygues32@hotmail.com, victoraugustomoreira@gmail.com, annevia@terra.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar a importância da Simulação como ferramenta de ensino no Campo de Aprendizagem, pois através de estudos pode-se perceber a dificuldade de união entre teoria e prática nas Ciências Gerenciais. Com isto, a Simulação surge como complemento para o aprendizado dos alunos, fazendo com que os mesmos possam colocar em prática os conteúdos estudados em sala de aula, podendo então, lidar com situações que os aproximarão do real campo de mercado que encontrarão fora das salas de aulas. Para melhor trabalhar o assunto, foi realizada uma pesquisa com alunos de Administração e Contábeis da FAPAM, Faculdade de Pará de Minas, com questionário para analisar o envolvimento e o entendimento destes alunos em relação á Simulação. O resultado da pesquisa sinaliza o desenvolvido de habilidades empresariais e de negociação, interação com a equipe e aprimoramento da capacidade de análise das informações.

Palavras - chave: Simulação; Empresas, Negócios, Decisão.

¹ Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Pará de Minas.

² Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Pará de Minas.

³ Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Pará de Minas.

⁴ Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Pará de Minas.

⁵ Professora da Faculdade de Pará de Minas, Mestrado em Finanças FEAD-MG/ MBA em Finanças Avançadas FGV, Graduação em Ciências Contábeis PUC-MG, Graduação em Administração UFV.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO DO PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL FRENTE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Gustavo Araújo Lobato¹
Francisco José de Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

gustavoibra28@gmail.com, vilasboas.f.@hotmail.com

RESUMO

A presente monografia pretende analisar a (in)constitucionalidade da criminalização do porte de drogas para consumo pessoal frente aos princípios basilares do Direito Penal, em especial o princípio da proporcionalidade, pois estes servem como paradigmas na tutela penal em um Estado Democrático de Direito. Deste modo, a pesquisa bibliográfica se inicia na conceituação e na função do Direito Penal, que, em linhas gerais, é a de tutelar os bens jurídicos vistos como mais importantes em uma sociedade. Sequencialmente, perpassa pela análise dos princípios da intervenção mínima, lesividade, insignificância e proporcionalidade. Também é realizada abordagem histórica da criminalização do porte de drogas, especialmente após o advento da lei 11.343/2006 e as teorias surgidas sobre a natureza jurídica desta conduta. O objetivo principal do presente trabalho é traçar um paralelo entre o princípio da proporcionalidade e o artigo 28 da mencionada lei, de forma a verificar a legitimidade ou não da atuação do Direito Penal de forma repressiva sobre a conduta de portar drogas para consumo próprio. Por fim, nota-se que a discussão acerca da constitucionalidade ou não da criminalização do porte de drogas está longe de um ponto final e, por tal razão, doutrinadores e a jurisprudência buscam soluções para a aplicação justa do Direito Penal e, dentre elas, encontra-se a possibilidade de incumbir ao intérprete a função de analisar se outro ramo do Direito poderá atuar quando da prática de tal ação.

Palavras-chave: Porte de drogas para consumo pessoal. Princípio da Proporcionalidade. *Ultima Ratio*.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 385 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Amanda Carolina Alves de Souza¹
Francisco José de Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

amandacarolina20151@outlook.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a aplicabilidade do artigo 385 do código de processo penal nos dias atuais. Para isso será feita uma análise dos sistemas processuais existentes, bem como uma análise no sistema processual adotado no Brasil. Logo, para podermos discutir sobre a não aplicabilidade do artigo 385 do código de processo penal, será necessário fazer uma análise nos princípios constitucionais uma vez que os princípios inerentes ao sistema processual acusatório são de suma importância, da mesma maneira que, será necessário distinguir as funções do ministério público e do juiz, tendo em vista que artigo autoriza que o juiz condene um acusado, mesmo quando há um pedido de absolvição pelo Ministério Público. Em seguida através de uma pesquisa de cunho bibliográfico buscou-se embasamento teórico em autores como Nestor Távora, Eugenio Pacelli, entre outros, e estudiosos do assunto como Francisco de Vilas Boas Neto, entre outros. O resultado comprova que o mencionado artigo em discussão fere vários princípios resguardados pela Constituição de 1988, ou seja, ele é incompatível com o novo modelo de estado democrático de direitos.

Palavras-chave: Processo penal. Sistema acusatório. Ministério público. Juiz. Imparcialidade.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A AMPLITUDE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ART. 87 DA LEI 8.666/93

Walyson Rodrigues Gonçalves Silva¹
Cid Capobiango Soares de Moura²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

walyson_sorriso199@hotmail.com, cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho possui o seguinte tema, a amplitude das sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. Para tanto, foi realizada uma pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Tem-se como objetivo analisar a abrangência das sanções administrativas aplicáveis pela inexecução total ou parcial, dos contratos firmados com o Poder Público. Em relação ao tema, não há um entendimento pacificado entre a doutrina e jurisprudência, mas a tendência é ampliar os efeitos da sanção administrativa de suspensão temporária, na mesma extensão dos efeitos da declaração de inidoneidade.

Palavras-chaves: amplitude da sanção administrativa. suspensão temporária. declaração de inidoneidade. lei de licitações.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

² Master em Gestão e Auditoria Ambiental. Especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. Especialização em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

A AMPLITUDE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS

NO ART. 87 DA LEI 8.666/93 (2)

Marcelo Oliveira de Melo¹
Francisco José de Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

marcelo.oliveiramel@hotmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

A audiência de custódia como requisito de legalidade da prisão e seus reflexos no sistema prisional brasileiro repercute, no cenário da legislação nacional, um certo destaque e interesse para aqueles que militam na área penal. A aludida audiência foi criada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em dezembro de 2015, o qual teve como pilares os tratados internacionais em que o Brasil é signatário, bem como os princípios constitucionais difundidos em toda a legislação vigente. O objetivo deste trabalho acadêmico, é demonstrar que a audiência de custódia pode ser eficaz no que diz respeito as garantias em relação ao acusado, bem como, as garantias que também alcançam o poder judiciário. Como não se bastasse isto, a aplicabilidade da audiência de custódia também reflete efeitos positivos em relação ao sistema prisional do país, sendo que o número de presos provisórios dentro destes estabelecimentos prisionais são de grande proporcionalidade e, tende a crescer ainda mais. Ainda não há no ordenamento jurídico vigente uma norma que regulamente a aludida audiência, tendo apenas a Resolução de nº 213 do CNJ, portanto, há a necessidade de uma regulamentação para estipular um critério único em todos os estados sobre a audiência de custódia. Portanto, o respectivo trabalho visa garantir, em favor daquele que foi preso em flagrante, uma medida cautelar eficaz, capaz de ser decretada a ilegalidade da prisão de um acusado caso não ocorra a audiência de custódia.

Palavras-chaves: Audiência de custódia. CNJ. Sistema Prisional. Legislação.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

**A APLICABILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS ATOS
INFRACIONAIS: OS REFLEXOS DOS MODELOS RETRIBUTIVO E RESTAURATIVO
NA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Susana Ferrer Neves¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

sufneves@gmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa a legislação aplicável ao adolescente infrator, tendo em vista o princípio da proteção integral estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Para tanto, a pesquisa aborda a respeito da construção e das normas vigentes do arcabouço legislativo aplicado nos casos de cometimento de ato infracional. Ademais, se debruça sobre a atual realidade dos adolescentes submetidos a medidas socioeducativas no Brasil, em especial a da internação. Também, compara o potencial socioeducativo que os modelos retributivo e restaurativo oferecem ao adolescente. Com relação ao modelo restaurativo, verifica-se que sua aplicação é possível no cenário normativo brasileiro, sua utilização é fomentada pelos mais importantes organismos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, bem como apresenta maior chance de socioeducar o adolescente infrator, quando comparada ao modelo retributivo, que é a regra do atual sistema infanto-juvenil. Por fim, conclui que a aplicação da Justiça Restaurativa é o que melhor atende ao ideal constitucional, ainda que não seja utilizado de forma exclusiva.

Palavras-chaves: Justiça Restaurativa. Atos infracionais. Medidas socioeducativas. Modelo retributivo.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

Samuel Caffaro¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

samuel_caffaro@hotmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tratou de analisar a “constitucionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado”. O objetivo geral foi verificar se o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) é compatível com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e com o princípio da dignidade humana. A relevância da matéria tratada está em averiguar a constitucionalidade da aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado e fazer uma reflexão sobre a situação dos presídios brasileiros, especialmente sobre a importância de se garantir a efetivação dos direitos fundamentais do preso, para que o mesmo possa retornar para a sociedade disposto a não mais errar. Com esse estudo foi possível compreender a compatibilidade do Regime Disciplinar Diferenciado com a Constituição Federal de 1988, haja vista que é um recurso necessário ao combate da atividade criminal, que tem se ampliado cada vez mais, inclusive dentro dos presídios, e, além disso, atende ao interesse público, uma vez que tem a finalidade de manter a ordem e a paz social.

Palavras-chave: Sistema penal. Regime Disciplinar Diferenciado. Constituição Federal.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A CRIANÇA TRANSGÊNERO E O USO DO NOME SOCIAL NA ESCOLA: EFEITOS NO APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Érica Duarte Lopes¹
Fabricio Veiga Costa²

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

ericaduarte79@hotmail.com, fvcufu@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar a transexualidade de maneira clara, conceituando e apresentando as dificuldades para esses indivíduos viverem na sociedade atual. Abordar a patologização da transexualidade e a despatologização buscando uma compreensão além do conceito binário-sexista. Compreensão do conceito de identidade de gênero, diferenciando de orientação sexual. Os principais direitos e garantias fundamentais dos transexuais previstos na constituição, incluído o direito a não descriminalização. Expressar a problemática escola e transexualidade, buscando a melhor forma de compreender e resolver o conflito, compreendendo que família e escola devem andar juntas no desenvolvimento humano, buscando uma solução para o preconceito sofrido.

Palavras-chave: Transexualidade, gênero, identidade de gênero, descriminalização, precon

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

² Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC - MG. Mestre em Direito Processual pela PUC-MG. Especialista em Direito Processual pela PUC-MG. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS CEGOS E SURDOS NO BRASIL: UM ESTUDO DA PROBLEMÁTICA DA COBRANÇA DE VALOR EXTRAORDINÁRIO NA MENSALIDADE ESCOLAR

Sara Pereira Soares ¹
Fabricio Veiga Costa ²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

sarasoaes450@gmail.com, fvcufu@uol.com.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa é investigar o acesso ao processo pedagógico especializado na educação superior privada dos discentes cegos e surdos diante da problemática das cobranças de taxas adicionais nas instituições privadas, em razão da necessidade de professor com formação em linguagem de sinais aos alunos surdos e do acompanhamento de um professor de apoio e o material acessível e o sistema de braile, em quanto aos alunos cegos. O estudo teve como escopo a oportunidade de ingresso das pessoas com deficiência no ensino superior e os mecanismos que possibilitam que isso ocorra, analisando desta forma os custos financeiros para que esta oportunidade seja efetivada por cada ingressante e a quem deve-se imputar tais custos, sob foco a legalidade da transferência desta responsabilidade aos próprios cegos e surdos. Pela pesquisa bibliográfica e documental, confirmou-se, na ação direta de inconstitucionalidade 5357, a constitucionalidade do parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei 13.146/2015, tornando inconstitucional qualquer valor extraordinário, embutido em razão de necessidade adicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa Com Deficiência. Cegos E Surdos. Inclusão. Ensino Superior. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Inclusão.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas

² Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC - MG. Mestre em Direito Processual pela PUC-MG. Especialista em Direito Processual pela PUC-MG. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

A PRÁTICA DE INVASÃO DE DOMICÍLIO PELA POLÍCIA EM CASO DE FLAGRANTE DELITO: ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS

Douglas Henrique da Silva Campos¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

douglas.henrique.756412@outlook.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda os institutos jurídicos do flagrante delito e da inviolabilidade domiciliar dentro do contexto jurídico brasileiro de forma a ser analisada a atuação da Polícia Militar quando da ocorrência de tais institutos para verificar se há respaldo legal nessas atuações ou se caracterizam ilícitos violadores de direitos e garantias individuais constitucionais inerentes ao homem. A pesquisa mostra o que é considerado como casa e domicílio no ordenamento jurídico para após, exibir quais fatos caracterizariam a violação deste e algumas das consequências que podem ser geradas ao agente público militar e conseqüentemente ao Estado - pois o agente e suas ações durante o exercício de suas funções são de responsabilidade do ente federativo ao qual é subordinado - em razão da violação domiciliar desempenhada sem autorização de autoridade judiciária competente. Para desenvolvimento do trabalho foi se utilizou o estudo de casos por meio de suas respectivas jurisprudências, usando do método de pesquisa exploratório com abordagem qualitativa para obtenção de dados descritivos por meio da pesquisa bibliográfica de obras que abordam o tema e de dispositivos legais pertinentes ao assunto. Com a pesquisa ficou amostrado que existem discordâncias entre doutrinadores e entre os órgãos jurisdicionais quanto aos casos concretos de flexibilização da inviolabilidade domiciliar na atuação policial e que, quando não houver previsão legal que possibilite ao agente adentrar no domicílio e nem autorização do judicial, sendo a entrada franqueada pelo morador, é preciso observar a forma como esta autorização foi dada para não acarretar em vícios que gerem prejuízos posteriores.

Palavras-chave: flagrante delito. Inviolabilidade do domicílio. legalidade.

¹ Graduando em Direito Pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A REPERCUSSÃO GERAL COMO INSTRUMENTO DE DIREITO COLETIVO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DE SUA APLICAÇÃO E EFEITOS

Mateus Henrique de Oliveira¹
Fabrício Veiga Costa²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

mateus-h@hotmail.com, fvcufu@uol.com.br

RESUMO

A presente monografia pretende analisar o instituto da repercussão geral, sob a perspectiva de aplicação de preceitos do direito coletivo, especialmente dos princípios do acesso à justiça e construção participada do provimento judicial, que servem de norte para uma correta aplicação das normas processuais, respeitando-se o devido processo legal, buscando promover a participação dos interessados coletivos e difusos no julgamento dos recursos extraordinários. Para tanto, a pesquisa bibliográfica tem início nos princípios do direito ao duplo grau de jurisdição e do recurso nas instâncias ordinárias. Perpassa ainda pela análise dos aludidos princípios, aprofundando-se no direito de recurso às instâncias extraordinárias, e na problemática dos mecanismos processuais que visam diminuir quantitativamente o número de recursos interpostos para as cortes extraordinárias e por fim, traz a análise do recurso extraordinário, firmando-se a conclusão que o mesmo trata-se verdadeiramente de um modelo de processo coletivo, abordando a problemática do processo coletivo representativo adotado atualmente, propondo inovações a fim de que possa ser atingido um processo coletivo participativo. O principal objetivo da presente pesquisa, é analisar o recurso extraordinário como é aplicado hoje, sob a ótica do direito material e processual coletivo, tendo-se em vista que, da forma como é utilizado, não possibilita/proporciona a participação dos verdadeiros titulares dos direitos coletivos e difusos, o que desencadeia na violação de uma série de princípios constitucionais, fazendo ainda uma crítica ao modelo de processo coletivo adotado atualmente, o qual também inviabiliza a participação popular nos processos que envolvam direitos coletivos e difusos, sendo os verdadeiros titulares destes direitos, privados da participação na construção de um provimento que sob eles terá efeito. Propõe-se ainda, alternativas que possam iniciar um processo de superação do modelo representativo de processo coletivo e dar início à uma perspectiva de processo coletivo participativo no julgamento dos recursos extraordinários, partindo-se da conclusão de que efetivamente trata-se de um modelo de processo coletivo.

Palavras-chave: Direito de Recorrer; Repercussão Geral; Direitos Metaindividuais; Processo Coletivo; Modelo Representativo.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

² Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC - MG. Mestre em Direito Processual pela PUC-MG. Especialista em Direito Processual pela PUC-MG. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

A TRANSAÇÃO PENAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS DA LEI 9099/95

Lucas Lemos Marinho¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

lucasnpj@yahoo.com.br, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso objetivou analisar o instituto da transação penal no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, conforme estabelece a Lei n.º 9099/95, à luz do que preveem os princípios pertinentes à matéria. Justifica-se este estudo em razão da fenomenal importância dos trabalhos dos Juizados Especiais Criminais, que além de estipularem penas com conteúdo mais educativo, possíveis por meio da conversão da pena ou da transação penal, também são muito importantes em função da atual situação do Sistema Prisional brasileiro. A transação penal tornou-se um mecanismo alternativo da aplicação do Direito Penal muito importante para o Sistema Prisional e para a reeducação do acusado, todavia, ainda não é um instituto perfeito. Fica assim a brecha para que a Lei 9099/95 seja repensada e alterada, a fim de atender a atual evolução dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, conforme dispõe a Carta de 1988.

Palavras-chave: Juizados Especiais Criminais; Transação Penal; Finalidade da Pena.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS.

Fabíola Maria Meireles Correia ¹
Francisco José Vilas Boas Neto ²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

fabiola_correa@outlook.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

A criança é o futuro de uma sociedade e, sendo um ser frágil, ainda em desenvolvimento, necessita de cuidados e atenção especiais. Nesse sentido, para garantir os direitos essenciais a esse público específico, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no Brasil, em 1990. Nesse artigo serão abordadas a violência doméstica e as medidas protetivas previstas no ECA, propondo uma reflexão sobre a (in)eficácia de tais medidas. A metodologia do trabalho está baseada em uma revisão bibliográfica de material já publicado em livros, monografias e artigos, principalmente de obras doutrinárias de juristas com a experiência e notório saber jurídico. O trabalho tem o objetivo geral de analisar e verificar a (in)eficácia das medidas protetivas em casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Como objetivos específicos podem ser elencados contextualizar, historicamente, os conceitos de infância e adolescência, violência e abusos e medidas protetivas; enumerar os principais abusos praticados contra crianças e adolescentes, no Brasil e investigar a consequência desses abusos no desenvolvimento social, emocional e físico das crianças em situação de maus tratos. Após o enfrentamento claro e objetivo do problema proposto, passa-se à conclusão do trabalho, onde será averiguado se a(s) hipótese(s) foram sustentadas ou rechaçadas.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes; Violência Doméstica; Estatuto da Criança e do Adolescente; Medidas Protetivas; Eficácia.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

ANÁLISE DA PSICOPATIA SOBRE O PRISMA DO DIREITO PENAL

Brenda Batista Nogueira Cruz¹
Francisco José Vilas Boas Neto ²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

ncbrenda95@gmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como temática explorar o tema referente ao transtorno de personalidade anti-social, analisando a relação que existe entre o Direito brasileiro e a problemática. Desta forma demonstrar no decorrer da pesquisa o conceito de algumas disciplinas a cerca do Direito Penal, que possui relação com o tema, como a culpabilidade, de que forma se dá a sua aplicação, passando pela inimizabilidade à luz do Código Penal Brasileiro, e, por fim, conceituar, trazer as características que identifica o psicopata, e como esses indivíduos vem sendo punidos pelo Sistema Penal Brasileiro. Por fim, serão abordados casos concretos sobre o tema. Encerrando o presente trabalho, concluindo-se que os supramencionados indivíduos, psicopatas, não são merecedores dos “benefícios” da semi-imputabilidade, que está previstos no artigo 26, parágrafo único, do Código Penal Brasileiro.

Palavras-chave: Direito Penal. Psicopatia. Transtorno de Personalidade Antissocial.

¹ Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO NAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DOS INFRATORES

Jenner Marinho da Cunha¹
Cid Capobiango Soares de Moura²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

Constitui objetivo geral desta pesquisa, a análise da aplicação da legislação de trânsito, em especial, do artigo 285 do Código de Trânsito Brasileiro, quanto ao julgamento do recurso administrativo de infrações de trânsito. A pesquisa visa analisar criticamente a atuação dos órgãos autuadores, que desprezam as garantias processuais fundamentais do contraditório e da ampla defesa no contexto do processo administrativo de infrações, impedindo o usuário de se manifestar nos recursos de competência das Juntas Administrativas de Recursos de Infratores (JARIS). Em muitos casos concretos, não existe à devida apreciação aos recursos interpostos juntos às comissões julgadoras (JAR'Is) que, além de não manifestarem em tempo hábil, quase sempre se manifestam em favor próprio. A dificuldade que o usuário recorrente de infrações de trânsito tem junto ao órgão de trânsito autuador, de fazer cumprir o que determina o Art. 285 do CTB, acaba por resultar na violação de garantias fundamentais. O que acontece atualmente é que o órgão de trânsito não respeita o artigo supracitado, deixando o usuário recorrente sem nenhum conhecimento sobre o andamento do recurso sem, muitas vezes, enviar qualquer comunicado esclarecendo se houve ou não o provimento do recurso. A hipótese ora levantada seria a necessidade de punição ao órgão que promover o descumprimento do Art. 285 do CTB, podendo aquela atuação de infração ser passiva de nulidade. A conclusão preliminar que se obtém é a de que hoje em dia, a situação do usuário fica bem complicada, pois um indeferimento sem que o recorrente tenha conhecimento, trás inúmeros transtornos para o mesmo, que podem ser de ordem irreparável.

Palavras-chave: Devido Processo Legal; Contraditório; Ampla Defesa; Juntas Administrativas de Recursos de Infratores; Recurso Administrativo.

¹ Graduando em Direito. FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Master em Gestão e Auditoria Ambiental . Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Governador Valadares – MG. Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

COMÉRCIO ELETRÔNICO E A DEFESA DO CONSUMIDOR NO DIREITO BRASILEIRO

Nívia Carla da Silva¹
Júlio Moraes Oliveira²

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

niviacarladasilva@yahoo.com.br, juliomoliveira@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho trata faz uma análise sobre a regulamentação jurídica do comércio eletrônico no ordenamento jurídico brasileiro. Com os avanços tecnológicos, e a falta de leis específicas que acompanhem tais avanços, torna-se necessário uma análise da legislação vigente, para que os direitos das pessoas mais vulneráveis não sejam desrespeitados por uma sociedade altamente capitalista. Ademais, é imprescindível dar maior atenção ao tema, haja vista que o comércio eletrônico tende a aumentar cada vez mais e é fundamental que os direitos dos consumidores sejam resguardados pelas compras na *internet* que são mais propensas a fraudes. Desse modo, faz-se necessário que os consumidores estejam protegidos neste tipo de relação de consumo a fim de concluir se este meio de comércio é tão seguro quanto o convencional, realizado de forma presencial. Para tanto, foi utilizado o método bibliográfico dedutivo com o objetivo de apresentar os riscos aos consumidores na utilização deste tipo de comércio e a legislação atinente ao tema.

Palavras-chave: Direito de Arrependimento. Comércio Eletrônico. Código de Defesa do Consumidor.

¹ Graduada em Letras e Direito pela FAPAM _ Faculdade de Pará de Minas

² Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela Universidade FUMEC. Especialista em Advocacia Civil pela Escola de Pós-Graduação em Economia e Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

CRIMES CAUSADOS NA DIREÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES: DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE

Sílvio Rogério dos Santos¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

silviorosantos@yahoo.com.br, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata da possibilidade de caracterização e aplicação do dolo eventual nos crimes de trânsito, tendo como objetivo averiguar o posicionamento da doutrina e da jurisprudência mais relevantes, à luz do que determinam os direitos e garantias penais e processuais penais, trazidos no bojo da Constituição e no texto da legislação infraconstitucional. Os crimes de trânsito, em razão de sua alta incidência e as proporções que tomam, terminam por provocar uma grande comoção social e da mídia, especialmente por estarem sempre vinculados a tragédias. Verifica-se que houve uma crescente preocupação do legislador em tornar mais severa a legislação de trânsito, com o propósito de combater, principalmente, a embriaguez no volante. Infere-se que nos crimes de trânsito o limite entre a culpa consciente e o dolo eventual é difícil aferição, entretanto, os Tribunais têm entendido que o trivial é que o condutor do veículo automotor, embora esteja embriagado, não deseja produzir o resultado criminoso, até mesmo por ser uma potencial vítima, portanto, o elemento embriaguez, por si só, não é capaz de caracterizar o dolo eventual, devendo-se apurar, diante de todo o contexto do caso concreto, outros elementos que demonstrem que o agente, prevendo o risco do resultado ocorrer, o assumiu ou foi indiferente ao mesmo.

Palavras-chave: Direito penal. Dolo eventual. Culpa consciente. Embriaguez ao volante. Crimes de trânsito.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

**CRIMES CIBERNÉTICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL
NO MUNDO DIGITAL, UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE DA PRISÃO
REFERENTE AO ESTUPRO VIRTUAL**

Ariane Dienifer Pacheco¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

ariane-pacheco@hotmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa abordará sobre o crime do Estupro Virtual e sua legitimidade dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Parte-se das inúmeras mudanças sofridas com o advento da *Internet*, tais como as transmissões de dados e informações realizadas por indivíduos em diferentes partes do mundo, caracterizado pela velocidade de comunicação e existência de poucos regulamentos, o que vem tornando um ambiente propício para prática de crimes. No presente estudo terá como base obras, artigos e matérias referentes a crimes cibernéticos, pretende-se utilizar a doutrina do jurista penalista Rogério Greco, bem como o entendimento do STF e uma análise de um caso concreto de crime de estupro Virtual ocorrido no Piauí. O objetivo da pesquisa pauta-se em um estudo sobre crimes cibernéticos, a legislação brasileira pertinente a esses crimes e a análise, a partir de um caso concreto, da existência do crime de estupro no âmbito virtual e a legitimidade da prisão e suas fundamentações.

Palavras-chave. Crimes Virtuais. Legislação. Estupro Virtual.

¹ Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA: ANÁLISE DO CUMPRIMENTO ANTE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Bianca Rodrigues Morato¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

biancamorato4@gmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

A presente monografia pretende analisar a possibilidade da execução provisória da pena ante o princípio da presunção de inocência, um dos principais pilares do processo penal dentro do Estado Democrático de Direito. Para tanto, a pesquisa bibliográfica se inicia na contextualização histórica do princípio da presunção de inocência, abrangendo seu surgimento nos diplomas internacionais e sua inclusão no ordenamento jurídico brasileiro, bem como sua função, que, em linhas gerais, é a de proteção dos direitos fundamentais em todo o campo processual penal, desde a investigação até a prolação de um édito condenatório. Perpassa pela análise das espécies de prisão provisória antes do trânsito em julgado da sentença, especificando seu cabimento e requisitos legais, abrangendo de forma especial a prisão preventiva e o entendimento da jurisprudência dos Tribunais Superiores em face dessa medida cautelar. Na sequência, a pesquisa recai sobre o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a execução provisória da pena, partindo inicialmente com um estudo do *Habeas Corpus* 84.078, julgado no ano de 2009, apontando posteriormente a mudança de paradigma realizada no ano de 2016, com o julgamento do *Habeas Corpus* 126.292, além disso, será mencionado o *Habeas Corpus* 152.752, impetrado pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, condenado na Operação Lava-Jato. O objetivo principal do presente trabalho é criar um paralelo entre o chamado princípio da presunção de inocência e a execução provisória da pena, de forma a verificar a legitimidade ou não de seu cumprimento dentro de um Estado garantista. Ao final, percebe-se que a discussão acerca da possibilidade ou não da execução provisória da pena está longe de terminar, eis que vai de encontro com todo postulado constitucional, o qual também não abrange somente o âmbito jurídico, mas também o social, o qual sofre grande influência midiática e, por esta razão, acaba por também atingir o rumo da interpretação dos Tribunais Superiores, causando insegurança jurídica e também violação de garantias fundamentais.

Palavras-chave: Execução Provisória. Presunção de Inocência. Trânsito em Julgado. Prisão. *Habeas Corpus*.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

JOGOS DIGITAIS E SUA PROTEÇÃO:

análise do instituto da propriedade intelectual sob a ótica do direito brasileiro

Herbert Viana de Faria Vasconcelos¹
Fabrício Veiga Costa²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

herbertviana@ymail.com, fvcufu@uol.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a complexa classificação dos jogos digitais e os desafios para tutelar esse tipo de obra intelectual, em razão dos vários elementos que a compõe. Para isso, através de pesquisa bibliográfica, em um primeiro momento foi feito um estudo do surgimento e evolução dos jogos digitais ao longo dos séculos XX e XXI, em âmbito global e regional. Em seguida, analisou-se o instituto da propriedade intelectual e, por fim, foi feita uma análise dos jogos digitais propriamente ditos, abordando as discussões acerca da sua natureza jurídica e os mecanismos disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro para garantir proteção a este tipo de produção. Ao final, percebe-se que a melhor saída, apesar de não ser a ideal, é proteger isoladamente cada um dos elementos que fazem parte do jogo, uma vez que não há no ordenamento jurídico brasileiro previsão específica para estas obras complexas. Assim, o código fonte do jogo pode ser protegido pela Lei 9.609/98, enquanto os elementos audiovisuais serão alvo de proteção da Lei 9.610/98. As marcas, por sua vez, serão enquadradas na Lei 9.279/96. A pesquisa é importante e atual por relacionar-se com uma forma de entretenimento que movimenta bilhões de dólares todos os anos, aliado ao crescente mercado brasileiro de produção de jogos digitais.

Palavras-chave: jogos digitais. propriedade intelectual. direito autoral. propriedade industrial. programa de computador.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC - MG. Mestre em Direito Processual pela PUC-MG. Especialista em Direito Processual pela PUC-MG. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

NAMORO E UNIÃO ESTÁVEL: A POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO CIVIL PELA RUPTURA DA PROMESSA DE CASAMENTO

Valéria Ribeiro da Silva¹
Fabrício Veiga Costa²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

fvcufu@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho monográfico possui como objeto de estudo um tema tormentoso e polêmico, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, envolvendo o Direito de Família. A problemática ganha relevância jurídica na medida em que os valores da sociedade amadureceram com o passar do tempo, reconhecendo o valor jurídico do afeto nas relações familiares. O principal objetivo do estudo é diferenciar o namoro qualificado da união estável. Para tanto, pretende-se analisar a união estável em seus principais aspectos, características e requisitos, bem como a compreensão jurídica do namoro qualificado, e as diferenças entre os institutos. Além disso, o estudo tem por escopo analisar a responsabilidade civil no âmbito do direito de família, apresentando conceito, teorias, as espécies de responsabilidade, elementos caracterizadores e a questão do dano moral. Por fim, pretende-se abordar a possibilidade de reparação civil pela ruptura da promessa de casamento, analisando a jurisprudência dominante. Através de uma pesquisa de caráter bibliográfica, o trabalho teve como fonte de embasamento do trabalho autores e doutrinadores conceituados sobre o tema, tais como Maria Berenice Dias, Carlos Roberto Gonçalves, Flávio Tartuce, Paulo Nader e Priscila Satil. Os resultados mostraram que a dissolução da união estável ocasiona efeitos patrimoniais, conforme as disposições legais. Sobretudo, em se tratando de namoro qualificado, não há que se falar em efeitos patrimoniais, tampouco direito a alimentos, divisão de bens, direitos sucessórios, entre outros direitos. Entretanto, em havendo danos decorrentes da ruptura dos laços, há que se ressaltar que o dano moral e/ou material, se efetivamente configurado, será passível de indenização.

Palavras-chave: Namoro qualificado. União estável. Responsabilidade Civil. Dano moral. Promessa de casamento.

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Para de Minas – FAPAM.

² Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC - MG. Mestre em Direito Processual pela PUC-MG. Especialista em Direito Processual pela PUC-MG. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

O ABORTO COMO OFENSA À DIGNIDADE HUMANA DO NASCITURO

Mariana Pinto da Silva¹
Júlio Moraes Oliveira²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

marianasilva2530@yahoo.com.br, julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo trata do tema do aborto como direito à escolha e seu objetivo é estabelecer uma discussão sobre esse assunto. Para tanto, será feita uma análise sobre a história, conceito, tipologia e legislação, sobre a mulher e o aborto e a maternidade no Brasil. Através de pesquisa bibliográfica qualitativa e exploratória, o estudo conclui que compreender o aborto como direito à escolha, no âmbito do serviço social, portanto, tem como horizonte ético e político a transformação da ordem existente, a superação da sociedade patriarcal, um projeto que excede o trabalho social e que requer a construção de um projeto maior de sociedade mais justa.

Palavras-chave: Aborto. Mulher. Direito de escolha.

¹ Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

² Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela Universidade FUMEC. Especialista em Advocacia Civil pela Escola de Pós-Graduação em Economia e Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

O DIREITO À MORADIA X DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO: um conflito aparente com reflexões no parcelamento irregular do solo.

Graciele Germana Oliveira Carvalho¹
Geraldo Lourenço Leite²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

gracielle.carvalho04@gmail.com, geraldo.leite@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata do Direito de Moradia garantido pela Constituição Federal de 1988 e o Direito ao meio ambiente equilibrado na esfera do parcelamento irregular do solo urbano, tendo em vista a importância de um parcelamento regular para as cidades, uma vez que podem ser gerados problemas sociais e ambientais na irregularidade. Diante disso, não se pode deixar de reconhecer a significativa importância das questões urbanísticas no atual panorama das ciências jurídicas e para a sociedade, atendendo aos direitos sociais à moradia, à saúde e ao transporte, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Quando se projeta os problemas sociais que afligem o país, não há dúvidas que se deve avançar na execução de medidas previstas no direito urbanístico para regularização de assentamentos, que além de asseguram uma infraestrutura básica aos possuidores, também contribuem para a preservação do meio ambiente, ademais, o Direito Ambiental que deve estar equilibrado com o direito de cada cidadão à moradia.

Palavras-chave: Direito à moradia; Direito ao meio ambiente equilibrado; Direitos fundamentais; Regularização fundiária.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Santa Catarina. Graduado em Direito pela PUC-MG.

O TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO: POSSIBILIDADES DE SUA EQUIPARAÇÃO A CRIME HEDIONDO

Eric Brunner Resende Sousa¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

eric.brs@gmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisou o crime de tráfico de drogas privilegiado, previsto no art.33, §4º, da Lei n.º11.343/06, procurando averiguar se é correta ou não a sua equiparação a crime hediondo, não obstante o tema já tenha sido enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal, que descaracterizou sua hediondez, tendo em vista o contexto atual e o crescimento do tráfico de drogas no Brasil. Até porque, embora o crime de tráfico de drogas privilegiado não se encontre inserido no rol de crimes hediondos, não sendo possível equipará-lo por analogia, é possível verificar que a Constituição Federal de 1988 quis dar tratamento diferenciado aos crimes hediondos, equiparando a estes os crimes de tortura, tráfico de drogas e terrorismo, uma vez que são insuscetíveis de fiança, anistia, graça e indulto. Portanto, considerando a repulsa social em relação ao crime de tráfico de drogas e suas graves consequências, é razoável que o crime do art.33, §4º, da Lei n.º11.343/2006 seja punido com maior severidade, aplicando-lhe as disposições da Lei de Crimes Hediondos.

Palavras-chave: Tráfico de drogas privilegiado. Crimes Hediondos. Execução Penal.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

O USO DA FORÇA PELO POLICIAL MILITAR: ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL OU ABUSO DE AUTORIDADE?

Tiago Machado Bortone¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

ogaitmbortoni@hotmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso aborda a atuação dos policiais militares e a eventual prática do abuso de autoridade, onde se averigua o contraponto entre o poder de polícia e o abuso de autoridade, analisando seus limites e as polêmicas, à luz do modelo de Estado Democrático de Direito adotado na Constituição Federal de 1988 e dos direitos fundamentais. Conquanto o poder de polícia pareça ser supremo, este passa por limitações impostas pelo Estado Democrático de Direito, pelos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e outras determinações da legislação infraconstitucional. Ao contrário do que possa parecer, a atividade de polícia não configura uma atuação livre e desimpedida do Estado, devendo observar inúmeros requisitos para sua execução, sob pena de estar incorrendo em abuso de autoridade. Contudo, a avaliação da conduta do policial deve passar não apenas pela ótica da legalidade, que seria uma visão míope, mas deve se atentar, no caso concreto, para todas as condições em que o ato se desenvolveu, além dos elementos da proporcionalidade e razoabilidade, na busca de uma avaliação justa, tendo em vista que muitas vezes a atuação policial ocorre em situações de extrema emoção e perigo.

Palavras-chave: Direito penal; Direitos fundamentais; Segurança Pública; Abuso de autoridade.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

OS DIREITOS *POST MORTEM* E A INTRANSMISSIBILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Franciele de Freitas Silva¹
Júlio Moraes Oliveira²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

francielefreitas14@hotmail.com, juliomoliveira@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar e abordar a intransmissibilidade dos direitos da personalidade *post mortem*. Primeiramente, aborda-se uma contextualização dos direitos da personalidade demonstrando a morosidade de seu desenvolvimento e os diversos procedimentos para sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro. Arrazoar sobre a titularidade, classificação e tutela jurisdicional, tendo como base o princípio da dignidade da pessoa humana. Posteriormente, uma abordagem daqueles que são legitimados à postular com o objetivo de resguardar os direitos personalíssimos do “*de cujus*”, conceito doutrinário e suas limitações, tendo como parâmetros a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Código Civil de 2002. Por fim, diante do questionamento sobre rol taxativo dos lesados indiretos quando ferido o direito do falecido, vê-se a possibilidade e necessidade de ampliação deste, diante da crescente individualização humana vivida nos dias atuais, embasando-se nos posicionamentos dos Tribunais de Justiça acerca do tema com suas respectivas decisões.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Direitos de Personalidade. Intransmissibilidade. Sucessão. Lesados Indiretos.

¹ Bacharel em Direito pela FAPAM-Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela Universidade FUMEC. Especialista em Advocacia Civil pela Escola de Pós-Graduação em Economia e Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

PERMISSÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA TER CARTEIRA DE MOTORISTA PROFISSIONAL

Anderson André Viana da Silva¹
Giovanni Vinícius Caetano e Silva²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

andersonandre454@yahoo.com, giovanni.silva@fapam.edu.br

RESUMO

O tema do presente estudo é a análise da possibilidade de uma pessoa portadora de deficiência exercer o ofício de motorista profissional, de acordo com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da livre iniciativa. Buscou-se averiguar se é constitucional a Resolução n.º51/98 do CONTRAN que proíbe “atividade remunerada em veículos adaptados”. Verificou-se assim, que em função dos princípios da dignidade da pessoa humana e da não discriminação, o portador de deficiência não pode sofrer restrições ao exercício de qualquer atividade laboral, conquanto sua incapacidade seja compatível ou adaptável, em estrita observação ao seu direito ao trabalho.

Palavras-chave: Portador de deficiência; Direito ao trabalho; Dignidade da pessoa humana.

¹ Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Direito Público pela Universidade de Franca - UNIFRAN. Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna - UIT.

PRÁTICAS COLABORATIVAS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA AMPARAR FAMÍLIAS EM TRANSIÇÃO

Ivete Soares de Araújo¹
Sônia Cristina Fagundes Malta²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

iveteisa@yahoo.com.br, sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa aborda as Práticas Colaborativas e a Mediação de Conflitos como caminhos possíveis para amparar famílias em transição. Trata-se da busca de resolução de conflitos por meio de recursos que favoreçam o diálogo e o entendimento entre as partes, dado o desgaste físico, emocional e financeiro que a burocracia e os entraves judiciais causam naqueles envolvidos em conflitos judicializados. As Práticas Colaborativas se apresentam como uma alternativa à litigiosidade e surgem em consonância com a política nacional de tratamento adequado de conflitos, na medida em que, além de buscarem acordos satisfatórios e duradouros, que otimizem recursos, cuidam das questões emocionais inerentes ao divórcio. O objetivo da pesquisa é estudar a utilização das Práticas Colaborativas como um procedimento apropriado para as situações de divórcio considerando a pluralidade das entidades familiares, e as mudanças vivenciadas pela família em razão da dissolução dos vínculos de conjugalidade. Pretende-se compreender as possíveis contribuições das Práticas Colaborativas e da Mediação de Conflitos como mecanismos que amparam a família em transição. A problemática instala-se no uso das Práticas Colaborativas: se são menos dispendiosas e, emocionalmente, menos desgastantes em um processo decisório de divórcio. Quanto aos meios da pesquisa, tem-se a bibliográfica. Será realizada uma fundamentação teórica acerca das Práticas Colaborativas como um procedimento apropriado para as situações de divórcio e, para tanto, serão utilizadas doutrinas, jurisprudências, artigos científicos entre outras publicações sobre o tema em questão.

Palavras-chave: divórcio. mediação. práticas colaborativas.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Direito – Teoria do Direito pela PUC – Minas. Especialista em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Unyleya. Graduada em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT

PROTEÇÃO JURÍDICA DOS DIREITOS DA(O) CONCUBINA(O): UM ESTUDO SOB A ÓTICA DAS QUESTÕES PATRIMONIAIS E O DIREITO À PENSÃO POR MORTE E ALIMENTOS

Thaís da Silva Pereira¹
Fabrício Veiga Costa²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

thais-silva13@hotmail.com, fvcufu@uol.com.br

RESUMO

Tem-se por objetivo discorrer sobre a problemática acerca da possibilidade de reconhecer juridicamente direitos patrimoniais e o direito a pensão por morte e alimentos decorrentes de um relacionamento concubinário. O concubinato, ou seja, o relacionamento em que duas pessoas impedidas de casar mantêm uma relação não eventual e duradoura é uma situação existente em toda a história da sociedade e nunca deixará de existir, tendo em vista que as pessoas buscam em seus relacionamentos sua realização pessoal e, o Estado não pode estabelecer formas para os indivíduos constituírem seus laços afetivos. Deste modo, a pesquisa abordará a possibilidade do reconhecimento de direitos em favor da concubina com base nos princípios fundamentais norteadores do Direito de Família. Parte-se da hipótese de que o concubinato enseja direitos e deveres por constituir-se como uma entidade familiar a partir da autonomia de cada indivíduo. O concubinato não merece ser visto como sociedade de fato, pois trata-se de um arranjo familiar e, por suas características, requer proteção idêntica àquela garantida aos outros núcleos familiares, sendo essencial a presença do vínculo afetivo e até mesmo da mútua assistência direta ou indireta. Tal proteção jurídica tende a integrar os indivíduos em situação de desigualdade de direitos. A pesquisa é relevante e atual, pois embora o tema seja constantemente vivenciado pela sociedade, não recebe a devida proteção jurídica. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, tendo em vista a importância de doutrinas, legislação nacional pertinente, artigos jurídicos e decisões relevantes dos tribunais.

Palavras-chave: Concubinato. Direito de Família. Direitos patrimoniais e o direito a pensão por morte e alimentos. Princípios fundamentais.

¹ Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Pós-doutor em Educação pela UFMG, Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG, Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

RELATIVIZAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE BENS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS: (IM)POSSIBILIDADE DE EXPROPRIAÇÃO DE SALÁRIOS, POUPANÇA E FGTS

Anderson José Ferreira Rodrigues¹
Fabricio Veiga Costa²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

andersonjfrodrigues@gmail.com, fvcufu@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende analisar a constitucionalidade da expropriação do FGTS, conta salário e conta poupança em face dos princípios norteadores do Processo Civil na execução de alimentos, em especial o Princípio da Máxima Efetividade da execução e da mínima ofensividade ao executado, os quais servem de parâmetro para o Magistrado no momento de determinar os bens passíveis de penhora. Em princípio a pesquisa bibliográfica se inicia com os aspectos teóricos dos alimentos no Brasil, que em um aspecto geral são de extrema necessidade para a garantia da vida, fundada na dignidade da pessoa humana. Perpassa pela análise do binômio da necessidade e possibilidade como aspectos necessários para a fixação do quantum a ser pago na obrigação alimentar, fazendo-se presente o Princípio da razoabilidade, demonstrando os responsáveis principais e subsidiários em arcar com a obrigação alimentar. A pesquisa funda-se em pesquisa doutrinária e jurisprudencial, demonstrando a evolução dos Tribunais Superiores ao relativizar seus entendimentos quando se tem a penhora com base nos princípios que norteiam este trabalho. O objetivo principal do presente trabalho é de criar um paralelo entre a importância dos alimentos para a sobrevivência e os meios que garantam seu efetivo cumprimento no Direito Processual Civil, estabelecendo também quais são os limites de atuação do Magistrado para que não se tenha uma execução frustrada, bem como uma execução excessiva ao executado. As soluções apresentadas deverão ser aplicadas ao caso concreto pelo aplicador o Direito, sempre se ponderando do que se assegura a norma constitucional e processual.

Palavras-chave: Alimentos; Execução; Penhora; Princípios.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

² Pós-doutor em Educação pela UFMG, Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG, Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

RESSOCIALIZAÇÃO: A DISCREPÂNCIA ENTRE A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE

Olavo Teodoro da Silva Junior¹

Francisco José Vilas Bôas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende identificar os problemas carcerários enfrentados pelo sistema prisional brasileiro e avaliar se o apenado sai ressocializado ou não após o cumprimento da pena. Durante muitos anos, têm-se discutido os efeitos causados pela aplicação da pena privativa de liberdade, argumentando-se do fato de que a mesma está em um possível contrassenso da finalidade que se pretende obter em relação à ressocialização do indivíduo que é retirado do convívio social e é segregado juntamente com pessoas que podem ser consideradas dos mais altos índices de periculosidade. É de sabença de todos que essa convivência carcerária poderá ensejar uma eventual continuidade das ações criminosas (reincidência), após o cumprimento da pena. Há uma inegável discrepância entre a realidade prisional brasileira e o que é preconizado em nossa legislação pátria. A Lei de Execução Penal Brasileira (BRASIL, 1984) é considerada uma das mais modernas do mundo, embora seja inexequível em muitos de seus dispositivos, dada a ausência de estrutura adequada ao cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas alternativas previstas. Através de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se embasamento em autores e estudiosos do tema, tais como César Roberto Bittencourt, Carlos Araújo, Rafael Damasceno de Assis e Rogério Greco. O resultado demonstrou que para que a efetividade da ressocialização dos condenados ocorra, é necessário colocar em prática as normas existentes em nosso ordenamento jurídico, especialmente os preceitos da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1988), tendo como base as medidas de assistência aos apenados.

Palavras-chave: Pena Privativa de Liberdade. Ressocialização. Reincidência. Lei de Execução Penal. Cárcere.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade de Para de Minas – FAPAM.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO LEGAL

Táffaniss Rúbia Maciel Menezes¹
Francisco José Vilas Boas Neto²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

taffanissmenezes95@gmail.com, vilasboas.f@hotmail.com

RESUMO

No que se refere à violência contra a mulher, o trabalho traz consigo a abordagem dos mecanismos de proteção legal disponíveis para assegurar que a mesma tenha ampla segurança em seu meio social. Esse mecanismo foi conquistado mediante uma luta por igualdade de direitos, que foram adquiridos com o passar do tempo, tendo em vista que a mulher, segundo o contexto histórico, era vedada de qualquer autonomia, considerada como “coisa”, o que representava para os homens uma posse adquirida com o casamento, vivendo por submissão, em relação de inferioridade. Dentre essas conquistas se encontra o direito de igualdade, considerado a base de todos os outros avanços no meio jurídico e social, sendo que a partir disso, a mulher pôde ser respeitada, com direito a voz em relação à sociedade. Advindo do reconhecimento destes direitos, surgiram vários entendimentos, trazendo para as jurisprudências e doutrinas divergência de pensamentos de acordo com cada ponto de vista. Os diferentes entendimentos acerca da amplitude de proteção, ocasiões e motivos de aplicação da lei especial. Mas para partir de um raciocínio, firmaram-se conceitos do que vem a ser violência e o que vem a se enquadrar no modelo discutido. A lei Maria da Penha, 11.340/06, lei de proteção da violência contra mulher no âmbito doméstico e familiar, traz em seu corpo a distinção de qual tipo de violência a mulher sofre em seu cotidiano, sendo: violência física, a mais comum de se identificar; violência psicológica, que menos se denuncia; violência sexual, que se denuncia com tanta frequência quanto à primeira; violência moral, que afeta a dignidade e moral da mulher e por último a violência patrimonial, que ainda se discute bastante sobre o assunto. O alcance da evolução, no dia presente, vem discutir também sobre o gênero social da mulher, ou seja, incluindo aqueles que possuem natureza masculina, quando a lei é categórica ao definir proteção às mulheres, existindo jurisprudências consolidadas que dizem que os transexuais fazem jus a tal proteção, uma vez que se sentem como mulheres. Contudo, o legislador, ao se deparar com a necessidade de uma lei específica para proteger o gênero feminino, criou então a Lei Maria da Penha. Recentemente foi qualificado o homicídio praticado contra mulheres, o feminicídio, integrado no rol de crimes hediondos, assegurando às mulheres proteção tanto no âmbito doméstico e familiar, quanto no social.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Mecanismos de Proteção.

¹ Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta (FAJE), pós-graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ e graduado em Direito pela PUC Minas.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSO: CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

Joziane da Silva Morais¹
Juliana Barbosa de Souza²
Wesley Souza Castro³

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

silva.joziane@yahoo.com.br, juliana_barbosa09@hotmail.com, wesleyenf@yahoo.com.br

RESUMO

O envelhecimento populacional no Brasil, torna-se cada dia maior e esse número tende a aumentar gradativamente. No entanto o perfil familiar existente na atualidade consiste em que as famílias estão cada vez mais independentes dificultando os cuidados básicos do dia a dia para com o seu idoso. Com isso torna-se necessário recorrer a ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idoso). Diante de tais mudanças é pertinente que se investigue como está o contexto atual de uma ILPI, para se adaptar as grandes demandas de idosos com diversas necessidades fisiológicas e a maiorias com patologias diferenciadas. É importante que se obtenha uma resposta no que se refere a questão, se estão realmente preparados para lidar com o desafio apresentado? Com isso surgiu a necessidade de realizar uma pesquisa de campo e descritiva, utilizando o método do PES (Planejamento Estratégico Situacional) que nos direcionou a cada estratégia para obter um resultado satisfatório e assim montar o método de intervenção. De acordo com o trabalho de campo realizado chegamos à conclusão que a ILPI não está preparada para se adaptar a tais mudanças, o nosso foco foi voltado ao que se refere a higienização e troca de fraldas dos idosos, utilizando técnicas inadequadas implicando em riscos aos mesmos. Diante das circunstâncias e embasadas no PES, elaboramos um treinamento aos cuidadores que direcionou melhor o atendimento oferecendo maior segurança e conforto aos idosos e garantindo facilidade aos funcionários. Os resultados esperados foram bastante satisfatórios em que os cuidadores com a equipe de enfermagem aderiram o nosso treinamento que hoje no quesito de banho, técnicas e higienização na troca de fralda foram reavaliados e modificados, oferecendo maior segurança e conforto aos idosos.

Palavras-Chave: Instituição de longa permanência. Enfermagem. Saúde do idoso

¹ Graduada em Enfermagem pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

² Graduada em Enfermagem pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

³ Mestre em Enfermagem pela UFMG. Professor e coordenador de Curso de Enfermagem FAPAM.

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL DE URGÊNCIA

Camila Jordana de Faria¹
Juliana Ap. Bruni de Araujo Santana²
Letícia Clemente Simão Silva³
Silvia Valadares Duarte⁴

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

camila92faria@gmail.com julianabruniaraujo@gmail.com
lethy.simao@hotmail.com silviavaladares@yahoo.com.br

RESUMO

Até aproximadamente no final do século XIX, o atendimento aos pacientes era feito exclusivamente nas instituições hospitalares, sendo que em meados dos anos 90 desenvolveu-se o Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência (APHM) criado devido à grande demanda nos últimos anos e por ser um componente essencial na assistência à saúde. Na mesma década incluiu-se o surgimento do enfermeiro no APHM, tornando-se responsável por prestar assistência as vítimas com risco de morte. A assistência de enfermagem se destaca pelo processo de cuidar, sendo o seu serviço eficaz, pois o enfermeiro trabalha gerenciando, supervisionando e ainda participando da criação de protocolos e da assistência ao paciente. O serviço do enfermeiro é de grande valia, sendo o mesmo essencial na assistência à pacientes graves, realizando procedimentos invasivos e aumentando assim a sobrevivência das vítimas, baseando-se nos conhecimentos teóricos. O objetivo deste trabalho é analisar e identificar o papel do enfermeiro socorrista no atendimento móvel de urgência. Percebemos neste estudo que o enfermeiro é parte importante da equipe e assume seu papel com responsabilidade, prestando amparo às vítimas, estabilizando as mesmas e encaminhando para uma unidade de saúde. O enfermeiro está preparado para prestar atendimento nos diversos tipos de cenários mesmo frente às dificuldades encontradas, assumindo assim o compromisso de prestar uma assistência de qualidade a toda população.

Palavras-chave: SAMU, USA, Papel do enfermeiro, Serviços de Urgência, Atribuições do enfermeiro.

¹ Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

³ Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

⁴ Mestre em Ciências da Saúde pela FCM-MG, Graduada em Enfermagem pela UEMG.

AS PRINCIPAIS INTERCORRÊNCIAS APRESENTADAS PELOS PORTADORES RENAIS CRÔNICOS DURANTE AS SESSÕES DE HEMODIÁLISE

Isabela Guimarães Silva¹
Joice Suelen Martins Araújo²
Mirelle de Lima da Rocha³
Sílvia Valadares Duarte⁴

Faculdade Pará de Minas - FAPAM

bella-guimaraes@hotmail.com, joice.2015.enfermagem@hotmail.com,
mirellemima1984@gmail.com, silviavaladares@yahoo.com.br

RESUMO

A insuficiência renal crônica (IRC) é caracterizada pela perda do funcionamento dos rins. O rim tem como função remover todos os resíduos e o excesso de água presentes no organismo. A hemodiálise é um tratamento fundamental na vida das pessoas que sofrem com a IRC, sendo um processo artificial de filtração sanguínea realizado por uma máquina. Através dessa máquina são retiradas da corrente sanguínea todas as substâncias tóxicas e prejudiciais ao organismo, como por exemplo: ureia, sódio, creatina, água, potássio, entre outros que resultam a IRC. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo analisar as adversidades mais comuns apresentadas por pacientes renais crônicos durante o tratamento dialítico, descrever como é realizado o tratamento de hemodiálise e revisar as condutas de enfermagem diante das adversidades. Tratou-se de um estudo qualitativo de campo. Ele foi realizado no setor de hemodiálise (HD) pertencente ao hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), na cidade de Pará de Minas – MG. Para a construção da amostra, foram entrevistados quatro enfermeiros atuantes do setor. A coleta de informação envolveu uma entrevista padronizada, com dez perguntas objetivas de acordo com o tema. Referente às perguntas, foram analisados o tempo de trabalho dos enfermeiros, o número de pacientes dialíticos, as intercorrências mais frequentes, as condutas tomadas mediante as intercorrências, os casos de internação, o acompanhamento psicológico, os obituários, a fila para transplante renal, os cuidados com cateter e fístula e as principais causas básicas de IRC. Ressaltamos a importância da atuação do enfermeiro no setor de hemodiálise, visto que é necessário ser um profissional capacitado a fim de prestar assistência durante a ocorrência de adversidades mais frequentes que o tratamento impõe.

Palavras-chave: Insuficiência Renal Crônica. Intercorrência. Conduta enfermagem. Hemodiálise.

¹ Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

³ Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

⁴ Mestre em Ciências da Saúde pela FCM-MG, Graduada em Enfermagem pela UEMG.

PERFIL DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES ENVOLVENDO MOTOCICLETAS NO PERÍODO DE 2016 E 2017 EM PARÁ DE MINAS

Ana Lúcia de Oliveira Pereira¹
Grazielle Aparecida da Costa²
Nivaldete Alves da Silva³
Sílvia Valadares Duarte⁴

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

analoliver26@hotmail.com, grazielecosta71@yahoo.com.br, detealves07@hotmail.com
silviavaladares@yahoo.com.br

RESUMO

O acidente motociclístico é atualmente, considerado um grave problema de saúde pública, afetando diretamente não só o indivíduo acometido pelo trauma como toda a família inserida em seu contexto. O acidente causa sequelas físicas e psicossociais, além do alto custo durante a hospitalização. O estudo tem por objetivo analisar o perfil de motociclistas e seus passageiros que foram vítimas de acidente de trânsito no município de Pará de Minas- MG e região no ano de 2016 e 2017 atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital Nossa Senhora da Conceição. O estudo identificou e quantificou as principais lesões sofridas pelas vítimas de acidentes em Pará de Minas. Para contextualizar foi realizada uma pesquisa nos sites BVS e Scielo, buscando os descritores motociclistas, traumas e lesões. Trata-se de um estudo quantitativo, realizado no Hospital Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Pará de Minas-MG. Foram analisadas 14.489 fichas no ano de 2016 e 12.279 no ano de 2017. A coleta de dados foi efetuada por análise das fichas ambulatoriais da instituição. Os resultados do estudo demonstraram que os jovens são mais propensos a se envolverem em acidentes. Das fichas analisadas 590 foram de acidentes motociclísticos, em relação à idade, 60% dos pacientes apresentavam entre 15 a 30 anos. Os resultados evidenciaram que 69,7% das vítimas eram do gênero masculino. Esses resultados confirmam a que a maioria dos acidentes acomete jovens do sexo masculino, em idade economicamente ativa podendo representar custos elevados para o sistema único de saúde.

Palavras chaves: Acidentes, Motos, Traumas, Vítimas.

¹ Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

² Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

³ Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

⁴ Mestre em Ciências da Saúde pela FCM-MG, Graduada em Enfermagem pela UEMG.

A ARTE COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO EM SAÚDE MENTAL

Franciele Batista Viegas Ferreira¹

Geralda Lêda Pereira Alves²

Marcelo Gonçalves Campos³

Celso Renato da Silva⁴

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

francieleviegapsicologia@gmail.com ledaph@gmail.com marcelopsiccampos@gmail.com

celsorenato@pucminas.br

RESUMO

O presente artigo propõe discutir a Arteterapia em interface com a Psicanálise. A arte possibilita a expressão de conteúdos anímicos e pode facilitar a promoção da saúde psíquica. Assim, objetiva-se com este trabalho avaliar a arteterapia como um instrumento eficaz no cuidado ofertado a sujeitos em sofrimento emocional inseridos nos serviços públicos de saúde mental. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica no intuito de investigar o papel da arte na promoção da saúde mental, na prevenção do adoecimento psíquico e no tratamento propriamente dito. Para tanto, realizou-se um levantamento histórico sobre o surgimento e desenvolvimento da arteterapia no Brasil, e analisou-se as contribuições que a teoria psicanalítica oferece ao psicólogo que trabalha com esta prática terapêutica. Verificou-se que a arteterapia apresenta-se como uma técnica útil para o profissional da Psicologia que atua nos serviços de saúde mental.

Palavras-chave: arte . arteterapia . psicanálise . saúde mental.

¹Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

²Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

³ Mestre em Psicologia pela UFSJ, Especialista em Teoria Psicanalítica pela UFMG, Graduado em Psicologia pela UEMG.

⁴ Mestre em Psicologia pela UFMG, Especialista em Teoria Psicanalítica pela PUC-MG, Graduado em Psicologia pela PUC-MG.

A IMPORTÂNCIA DO ‘APEGO SEGURO’ NO DECORRER DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA A FORMAÇÃO DE UM ADULTO SAUDÁVEL

Gisele Rodrigues da Silva¹
Eunaihara Lígia Lira Marques²

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

g.g.turismo@hotmail.com, eunaihara.marques@fapam.edu.br

RESUMO

O período da infância é caracterizado como uma das etapas mais importantes, uma vez que nessa fase, geralmente acontecem mudanças que permanecerão até a idade adulta. Nesse sentido, a criança possui muitas necessidades que vão além da alimentação, saúde e educação, que são essenciais na formação do indivíduo. Portanto, muitas teorias são utilizadas para explicar tais necessidades, dentre elas a “teoria do apego”. Esta teoria demonstra que o apego é uma necessidade biológica do ser humano, pois o indivíduo busca o conforto e a segurança na figura de um outro ser, criando assim figuras e imagens que lhes servem para explorar o ambiente que o cerca. Dessa maneira, o objetivo deste estudo é compreender a formação do “apego seguro” no desenvolvimento infantil, explicitando-o como um fator protetivo para a construção de um adulto potencialmente mais saudável. Além disso, implicando e evidenciando de maneira breve os aspectos biológicos e ambientais que interferem neste processo. Para isso, a metodologia utilizada foi revisão de literatura, trazendo aspectos importantes dos principais teóricos que tecem sobre esta teoria. Este estudo possibilitou um entendimento sobre como um ambiente de negligências ou de violências pode comprometer a formação integral de uma criança. Ademais, o quanto é importante uma vinculação afetiva satisfatória, ou seja, uma formação de apego seguro, nos anos iniciais, como medida protetiva para um adulto saudável. Entretanto, para aprofundar neste tema sugere-se que mais pesquisadores acrescentem novos dados à literatura.

Palavras-chave: Apego. Adulto saudável. Criança.

¹Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Pará de Minas.

²Professora da Faculdade de Pará de Minas. Mestre em Psicologia pela UFMG. Doutoranda em Ciências da Saúde pelo IAMSPE-SP. Especialista em Neuropsicologia pela FACINTER. Graduada em Psicologia pela FSA.

A PRESENÇA DA AFETIVIDADE NO CONJUNTO DE PUBLICAÇÕES DA REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

Aparecida Maria Alcântara Cunha dos Santos¹
Flavia Maria Torres Barbosa²
Alexandre Britto Pereira³

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

cidaacunha@hotmail.com, flaviatorres31@hotmail.com, alexandre2psicologia@gmail.com

RESUMO

Diante da necessidade de compreender os aspectos da afetividade em relação aos processos de aprendizagem no contexto escolar, foi realizada pesquisa bibliográfica em uma amostra de artigos da revista Psicologia Escolar e Educacional, publicada pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE, entre as edições dos anos de 1996 a 2016. Foram analisados 8 artigos que tratam a questão da afetividade em contexto escolar. Os textos analisados foram discutidos à luz das proposições de Piaget, Wallon e Vygotsky. Entre os resultados encontrados percebeu-se que a educação brasileira destina poucos esforços para a compreensão do fenômeno da afetividade em contextos educativos. Neste estudo percebeu-se que em diversos momentos de conflitos e desafios no campo da aprendizagem escolar que muitas vezes a questão didática parece estar ligada a métodos, técnicas ou normas escolares, ressaltando que a questões de cunho emocional não tem relevância no processo ensino aprendizagem. No entanto no decorrer desta pesquisa embasada em teóricos concluiu-se que a afetividade se faz de suma importância juntamente com os processos cognitivos na interação professor/aluno e o ambiente escolar.

Palavras-chave: afetividade. cognição. educação. psicologia escolar

¹Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

²Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

³ Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Pós-graduando em Análise Existencial pela UFMG. Graduado em Educação Física pela UFMG.

AFETIVIDADE EM VYGOTSKY: a afetividade como possibilidade de formação e intervenção do profissional psicólogo

Fernanda Castro Rosa Rodrigues¹
Wilza Maria Cirilo²
Alexandre Britto Pereira³

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

alexandre2psicologia@gmail.com, fernandacrrodrigues13@gmail.com,
wilzamariasilva.cirilo@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca explicitar a ideia de Afetividade para Vygotsky, relacionando-a com a prática do profissional Psicólogo, questionando os currículos de formação dos cursos de graduação em Psicologia. Trata-se de um artigo teórico que apresenta os principais elementos da teoria de Vygotsky os quais versam sobre o fenômeno da afetividade e que possibilitam uma discussão ampla sobre novas possibilidades de compreensão desse fenômeno. Conclui-se que há uma lacuna na prática dos profissionais psicólogos em relação às possibilidades de intervenção baseadas na ideia de afetividade. Sugere-se a reflexão sobre a formação do profissional Psicólogo que parece negligenciar em certo grau o estudo explicitado do fenômeno da afetividade.

Palavras-chave: Afetividade. Psicologia. Ensino Superior. Formação do Psicólogo. Psicologia Histórico Cultural.

¹Graduada em Psicologia pela Faculdade de Pará de Minas - FAPAM.

² Psicóloga e Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Pará de Minas - FAPAM.

³ Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Pós-graduando em Análise Existencial pela UFMG. Graduado em Educação Física pela UFMG.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A HOMOSSEXUALIDADE

Guilherme Marques dos Santos¹
Alexandre Britto Pereira²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

guilhermechok@yahoo.com.br, alexandre2psicologia@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa propôs-se elucidar os aspectos referentes à Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici. Por meio dessa teoria buscou-se entender o fenômeno do preconceito sofrido pelos homens homoafetivos brasileiros. Para tal estudo foi necessário entender o conceito de afetividade e pensamento propostos por Vygotsky. A pesquisa, portanto, a partir do objetivo, evidenciou a hipótese que as representações sociais têm forte influência no fenômeno do preconceito contra homossexuais brasileiros. Para possibilitar a pesquisa escolheu-se pesquisa conceitual teórica a partir de artigos sobre os autores supracitados. Os resultados obtidos possibilitaram entender que existe uma relação intrínseca entre as teorias de Moscovici e Vygotsky que fomenta um melhor entendimento das noções referentes a formação do preconceito sofrido por homossexuais brasileiros.

Palavras-chave: homossexualidade. representações sociais. preconceito. afetividade.

¹ Graduado em Psicologia pela Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Pós-graduando em Análise Existencial pela UFMG. Graduado em Educação Física pela UFMG.

BIOPOLÍTICA, DISCURSO E MÍDIA: UMA BREVE ANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Matheus Medeiros de Abreu¹

Alexandre Britto Pereira²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

m.medeiros.psico@gmail.com.br, alexandre2psicologia@gmail.com

RESUMO

O caráter discursivo dos métodos de práticas institucionais carregam consigo a biopolítica como aspecto central na ótica Foucaultiana. Considerando o olhar do célebre sociólogo francês, o presente artigo visa elucidar as manifestações biopolíticas através do discurso, bem como as facetas do discurso enquanto ferramenta de poder. Objetiva-se também correlacionar a mídia como veículo disseminador do discurso biopolítico, considerando que por vias desta o discurso se reproduz no contexto social moderno. Para tal foi realizada a pesquisa de cunho bibliográfico, onde foram revistas algumas das obras de Michel Foucault (1926-1984) e de outros autores que se ligam a discussão da temática do discurso, biopolítica e da mídia. Deve--se também considerar o estudo junto ao campo da Psicologia enquanto ciência, levando em consideração que o indivíduo enquanto parte de uma sociedade, vivencia e dá sentido ao processo discursivo das práticas institucionalizantes.

Palavras-chave: biopolítica. discurso. mídia.

¹ Graduado em Psicologia pela Faculdade de Pará de Minas.

² Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Pós-graduando em Análise Existencial pela UFMG. Graduado em Educação Física pela UFMG.

DISCURSO SOBRE A MATERNIDADE: SOFRIMENTO PSÍQUICO DA MULHER - UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL

Kellen Cristina de Araújo¹
Alexandre Britto Pereira²

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

psicologia_kellen@yahoo.com.br, alexandre2psicologia@gmail.com

RESUMO

Este estudo buscou relatar conceitos referentes à maternidade e sua construção histórica, cultural e social, bem como as transformações nas representações da maternidade em diferentes contextos, contrapondo no que se refere à natureza humana. Elemento da subjetividade pertencente à mulher, a maternidade é pensada como natural dentro de qualquer sistema social. Com essa ideia patriarcal de maternidade, cria-se uma dialética entre: nascer para procriar, ser mãe e constituir família, vivenciando assim a maternidade e o amor materno, sendo esse o auge da feminilidade e da vida da mulher. Desconsidera-se o desejo da mulher, suas condições sociais, históricas, econômicas, políticas e médicas. A mulher como responsável pela sua decisão vivenciando a feminilidade não apenas na maternidade. Seria a mulher feminina e realizada apenas vivenciando a maternidade?

Palavras-chave: Maternidade. Amor materno. História da Maternidade.

¹ Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

² Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Pós-graduando em Análise Existencial pela UFMG. Graduado em Educação Física pela UFMG.

UM OLHAR SOBRE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS

Andreiza Caroline Campos Lino¹
Marina Santos Almeida²
Eunaihara Lígia Lira Marques³

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

izakarolini@hotmail.com, nin.ni.n@hotmail.com, eunaihara.marques@fapam.edu.br

RESUMO

A adolescência é consensualmente compreendida como um período de transição em que o indivíduo tende a passar por alterações em diversos aspectos. Ocorre um turbilhão de mudanças físicas e psicológicas, além disso entra em uma fase, onde as exigências e decisões sociais se iniciam. Sendo necessário assim, um olhar e um suporte por parte da família, e sobretudo, da escola. Neste sentido, as escolas por serem espaços de construção de saberes, podem e devem servir de construção de formação também psicossocial do ser. Dessa maneira, os projetos socioeducativos servem de suporte para este público, promovendo saúde, prevenindo ou estabelecendo manejo em situações difíceis. Assim, passam a ter efeitos significativos na vida de muitos adolescentes. Entretanto, a fim de se ter um panorama dos projetos desenvolvidos nas escolas, com públicos de 12 a 18 anos, no município de Pará de Minas, esse artigo tentou fazer um levantamento, a partir de contatos pessoais, por e-mail e por telefone em escolas e na Superintendência de Educação das Escolas Estaduais de Pará de Minas. Para dar suporte bibliográfico buscou-se referências com importantes e consideráveis teóricos na área da educação e psicologia. Os resultados obtidos pelo levantamento não foram significativamente relevantes, pois foram encontrados alguns entraves. Mas, oportunizou uma reflexão sobre a necessidade e desenvolvimento de projetos socioeducativos no ambiente escolar. Entende-se que as limitações encontradas podem ser compreendidas como possibilidades de estudos e aprofundamentos sobre o assunto futuramente.

Palavras-chave: Adolescência. Escolas. Projetos Socioeducativos.

¹Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas. E-mail:

²Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas. E-mail:

³Professora da Faculdade de Pará de Minas. Mestre em Psicologia pela UFMG. Doutoranda em Ciências da Saúde pelo IAMSPE-SP. Especialista em Neuropsicologia pela FACINTER. Graduada em Psicologia pela FSA.

APOIO



REALIZAÇÃO

